

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

GERAÇÃO DE ENERGIA - O parque gerador do Grupo Brasil PCH – composto por 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) – foi responsável, em 2022, pela geração de 1.387.620,98MWh, 11,75% superior ao verificado no ano de 2021 (1.241.746,63MWh). Tal redução deve-se, principalmente, ao regime hidrológico verificado. No que se refere à disponibilidade média consolidada das PCHs, em 2022 o indicador interno atingiu no exercício 97,60%, frente aos 97,72% de 2021.

COMERCIALIZAÇÃO - A energia comercializada no âmbito do PROINFA em 2022 foi de 191,01MW médios. No momento, a Companhia possui decisões, de mérito ou liminar, em favor de todas as subsidiárias, impedindo as revisões de garantia física decorrentes da aplicação do art. 6º, incisos I e II, da Portaria MME 463/2009. Com isso, todas as PCHs preservam suas garantias físicas nos montantes originais. Em paralelo ao processo judicial, nos termos da Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão retromencionado, tendo sido criado pelo MME grupo de trabalho para propor o aprimoramento da metodologia de cálculo e revisão de garantia física.

O Faturamento Bruto do exercício de 2022 foi da ordem de R\$ 743 milhões, superior em 20,03% ao apurado no exercício de 2021 (R\$ 619 milhões), devido, principalmente, à variação do IGPM.

REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO - As empresas do Grupo Brasil PCH aderiram à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Em contrapartida, está sendo recolhido o prêmio de R\$ 9,50/MWh (data base janeiro/15, anualmente atualizado pelo IPCA).

SEGURANÇA e SAÚDE OCUPACIONAL - Em 2022, a segurança e saúde ocupacional seguiu, como uma das prioridades da companhia, zelando pela segurança e qualidade do ambiente de trabalho, inclusive na manutenção e atualização periódica dos protocolos visando mitigar o risco de contaminação pela Covid-19.

MEIO AMBIENTE – O Grupo BRASIL PCH segue implementando todos os Programas Ambientais previstos nos processos de licenciamento. Em 2022, foram aplicados aproximadamente R\$ 4,06 milhões (2021 R\$ 4,04 milhões) em atividades e ações relacionadas ao Meio Ambiente, contribuindo de forma direta para a preservação do entorno dos empreendimentos e ampliação do conhecimento científico nas regiões das usinas, bem como para integração da companhia com o meio ambiente e as comunidades locais.

SEGUROS – A Companhia mantém a contratação de seguro para suas operações. Os valores segurados, têm por base o laudo de avaliação dos ativos emitido por terceiro independente. Em 2022 a PCH Santa Fé, recebeu a título de adiantamento de sinistro o montante de R\$ 17.500. De momento, a Administração da Companhia aguarda conclusão do processo de regulação do sinistro em questão, uma vez que os danos materiais já foram reparados.

RESULTADO DO EXERCÍCIO – Em 2022 a Brasil PCH apurou Lucro Líquido (consolidado) de R\$ 439 milhões, 49,8% superior ao verificado no ano de 2021 (R\$ 293 milhões), motivado, principalmente, pelo impacto da variação do IGPM no faturamento (10,72%, maio/2021 a maio/2021), bem como pelos efeitos do resultado financeiro, apurado em 2022 no montante de R\$ 102 milhões inferior, portanto, em 32,9% ao montante do exercício de 2021 (R\$ 152 milhões).

A Geração Operacional de Caixa (consolidado), foi apurada em 2022 o montante de R\$ 570 milhões, superior em 29,03% ao verificado no exercício anterior (R\$ 442 milhões).

A Administração.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	9	91.103	67.932	119.879	67.941	Fornecedores		2.548	21	2.996	852
Aplicações financeiras	10	11.014	10.721	12.519	33.007	Debêntures	17	171.908	168.689	171.908	168.689
Contas a receber de clientes	11	-	-	161.675	103.352	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		34	36	2.411	2.114
Dividendos a receber	13 (c) e 14	82.163	111.919	-	-	Impostos, contribuições e taxas a recolher	19	2.994	2.307	42.857	8.516
Impostos a recuperar		2.353	1.114	2.354	6.355	Provisão para férias		-	-	2.305	2.241
Despesas antecipadas		43	54	5.190	3.868	Receita diferida	20	-	-	1.773	4.367
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	17	320	1.321	320	1.321	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	17	6.703	609	6.703	609
Partes relacionadas	14	2.525	-	-	-	Provisão para contrato oneroso	22	-	1.998	-	1.998
Outros ativos circulantes		21	22	2.785	747	Provisões para compromissos futuros	18	-	-	6.245	5.905
Total dos ativos circulantes		189.542	193.083	304.722	216.591	Passivo de arrendamento		539	225	539	225
						Outros passivos	1.2	-	-	56.231	32.272
						Total dos passivos circulantes		184.726	173.885	293.968	227.788
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos		-	-	112	288	Debêntures	17	527.144	606.869	527.144	606.869
Impostos a recuperar		2.348	4.415	2.557	4.625	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	17	75.318	81.797	75.318	81.797
Depósitos judiciais	12	2.976	2.302	20.622	14.692	Provisões para compromissos futuros	18	-	-	38.110	34.574
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	Passivo de arrendamento		1.350	-	1.350	-
Investimentos em controladas	13	967.917	953.186	-	-	Provisões para riscos	21	402	422	2.970	2.581
Imobilizado	15	2.263	597	973.187	992.659	Total dos passivos não circulantes		604.214	689.088	644.892	725.821
Intangível	16	176	228	13.655	15.305						
Total dos ativos não circulantes		975.680	960.728	1.010.420	1.027.856	Total dos passivos		788.940	862.973	938.860	953.609
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	23	109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		268.660	192.493	268.660	192.493
						Ajuste de avaliação patrimonial		(1.410)	(10.687)	(1.410)	(10.687)
								376.282	290.838	376.282	290.838
TOTAL DOS ATIVOS		1.165.222	1.153.811	1.315.142	1.244.447	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.165.222	1.153.811	1.315.142	1.244.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	-	-	714.371	594.651
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	15,16 e 25	-	-	(38.264)	(36.332)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	(23.960)	(21.654)
Custos com pessoal		-	-	(18.821)	(17.023)
Custos com manutenção		-	-	(15.673)	(16.615)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(10.428)	(8.736)
Custos com seguros		-	-	(9.015)	(7.301)
Custos com operação		-	-	(2.258)	(2.441)
Taxas setoriais		-	-	(996)	(963)
Custos com meio ambiente		-	-	(463)	(893)
Outros custos		-	-	(480)	(531)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(120.358)	(112.489)
LUCRO BRUTO		-	-	594.013	482.162
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(282)	(1.200)	(12.786)	(11.199)
Despesas administrativas e gerais		(45)	(159)	(3.019)	(2.517)
Depreciação e amortização	15,16 e 25	(722)	(132)	(724)	(131)
(Constituição) Reversão com contrato oneroso		-	21	-	21
Outras receitas (despesas) operacionais		72	(374)	(4.504)	(3.210)
Resultado na baixa de ativos		-	-	-	907
Receita com indenizações recebidas	1.4	-	-	17.500	-
		(977)	(1.844)	(3.533)	(16.129)
Resultado de equivalência patrimonial	13	543.099	447.677	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		542.122	445.833	590.480	466.033
Despesas financeiras	26	(115.460)	(155.683)	(117.086)	(156.423)
Receitas financeiras	26	11.856	3.012	15.469	3.933
Total do resultado financeiro		(103.604)	(152.671)	(101.617)	(152.490)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		438.518	293.162	488.863	313.543
Corrente	27	-	-	(50.204)	(20.427)
Diferido	27	-	-	(141)	46
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27	-	-	(50.345)	(20.381)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		438.518	293.162	438.518	293.162
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		4,66	3,11	-	-
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		94.187.831	94.187.831	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	438.518	293.162	438.518	293.162
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de hedge durante o exercício	9.277	52.980	9.277	52.980
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>447.795</u>	<u>346.142</u>	<u>447.795</u>	<u>346.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados controladora	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado
		Reserva legal	Dividendos adicionais propostos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	109.032	21.806	100.827	-	(63.667)	167.998	167.998
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2020 (R\$ 1,09 por ação)	23 (c)	-	(100.827)	-	-	(100.827)	(100.827)
Lucro líquido do exercício		-	-	293.162	-	293.162	293.162
Destinações:							
Dividendos distribuídos referentes a 2021 (R\$ 1,67 por ação)	23 (c)	-	-	(122.475)	-	(122.475)	(122.475)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,07 por ação)	23 (c)	-	170.687	(170.687)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa		-	-	-	52.980	52.980	52.980
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	109.032	21.806	170.687	-	(10.687)	290.838	290.838
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2021 (R\$ 1,81 por ação)	23 (c)	-	(170.687)	-	-	(170.687)	(170.687)
Lucro líquido do exercício		-	-	438.518	-	438.518	438.518
Destinações:						-	-
Dividendos distribuídos referentes a 2022 (R\$ 1,30 por ação)	23 (c)	-	-	(191.664)	-	(191.664)	(191.664)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,81 por ação)	23 (c)	-	246.854	(246.854)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa		-	-	-	9.277	9.277	9.277
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	109.032	21.806	246.854	-	(1.410)	376.282	376.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		438.518	293.162	488.863	313.543
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	14	(907)
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	17 e 26	97.200	101.336	97.200	101.336
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	26	-	-	(200)	(285)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(1.335)	(415)	(4.384)	(905)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	18	-	-	447	411
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		11	17	11	17
Depreciação e amortização	15,16 e 25	722	132	38.988	36.463
Equivalência patrimonial	13	(543.099)	(447.677)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	23.960	21.654
Constituição do ajuste MRE		-	-	(3.422)	4.022
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	-	-	(1.180)	(2.545)
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	-	(54)
Constituição (reversão) da provisão para contrato oneroso		-	(21)	-	(21)
Instrumentos financeiros derivativos	17 e 26	14.663	52.295	14.663	52.295
Custo de transação de Debêntures	17	1.338	1.338	1.338	1.338
Provisão para riscos	21	17	20	414	130
Atualização sobre provisões de riscos	21	3	-	80	-
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(58.324)	(43.258)
Impostos a recuperar		828	365	6.775	(1.244)
Despesas antecipadas		11	(21)	(441)	(778)
Outros ativos		-	2.998	48	(130)
Fornecedores		2.527	(3.043)	(2.511)	(3.204)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(2)	(123)	455	472
Impostos e contribuições a recolher		702	759	(21.519)	(11.083)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	(26)	141
Pagamento contrato oneroso	22	(1.998)	(22.451)	(1.998)	(22.451)
Pagamento provisão para riscos	21	-	-	(105)	-
Depósitos judiciais		(673)	-	(5.793)	-
Pagamento compromissos futuros	18	-	-	(3.692)	(3.452)
Outros passivos		-	-	-	2
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		9.433	(21.329)	569.661	441.507
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre debêntures	17	(79.498)	(55.561)	(79.498)	(55.561)
Juros recebidos (pagos) sobre instrumento financeiro "Swap"	17	12.223	(11.969)	12.223	(11.969)
Juros pagos sobre contratos de aluguéis		(11)	(17)	(11)	(17)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(8.752)	(5.403)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(57.853)	(88.876)	(76.038)	368.557
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos recebidos	13 (c)	558.124	434.404	-	-
Depósitos judiciais		-	(115)	-	(2.307)
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		(1.628)	(7.586)	24.872	(8.661)
Aquisição de imobilizado e intangível	15,16 e 30	(5)	(179)	(8.590)	(32.927)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	1.4	-	-	17.500	4.005
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		556.491	426.524	33.782	(39.890)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	23 (C)	(362.351)	(223.302)	(362.351)	(223.302)
Pagamento de principal de debêntures	17	(101.270)	(76.938)	(101.270)	(76.938)
Pagamento de arrendamento		(577)	(539)	(577)	(539)
Instrumentos derivativos pagos	17	(11.269)	(4.938)	(11.269)	(4.938)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(475.467)	(305.717)	(475.467)	(305.717)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		23.171	31.931	51.938	22.950
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	9	67.932	36.001	67.941	44.991
No fim do exercício	9	91.103	67.932	119.879	67.941
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		23.171	31.931	51.938	22.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR - PCH Participações S.A. (“PCHPAR”), participando indiretamente em 100% de 13 Sociedades de Propósito específico (“SPEs”) titulares, respectivamente, de Autorizações de emissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para exploração de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”, em conjunto com sua controladora denominada de “Grupo Brasil PCH” ou “Grupo”), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto 9.158/2017.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, além de participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a Eletrobras adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou no balanço patrimonial consolidado, capital circulante líquido positivo no montante de R\$10.813 (R\$11.197 negativo em 31 de dezembro de 2021). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Em 1º de dezembro de 2021 Eletroriver S.A. e BSB Energética S.A. concluíram a aquisição das ações representativas de 51% do capital social da Brasil PCH anteriormente detidas pela Chipley SP Participações S.A., mediante exercício de direito de preferência conferido pelo Acordo de Acionistas da Brasil PCH, celebrado em 4 de abril de 2006. Dessa forma, a partir dessa data, a Companhia passou a ser uma controlada da Eletroriver S.A. (vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 23).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 14,54 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 05 de março de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização para discussão da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 17 de abril de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 26,10 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 9 de maio de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física (energia assegurada) de 9,57 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 25 de junho de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 20,35 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 30 de julho de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,48 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 2 de agosto de 2038, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 11.131/2022.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,21 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 6 de setembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 10,92 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 12 de setembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física (energia assegurada) de 2,61 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 30 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,28 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 13 de fevereiro de 2039, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física (energia assegurada) de 15,20 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 17 de fevereiro de 2039, conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 11.131/2022.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física (energia assegurada) de 18,41 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 16 de junho de 2039, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.023/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física (energia assegurada) de 13,15 MW médios. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 19 de junho de 2039, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MW médios. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e garantia física das controladas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Ajustes Financeiros – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

Todas as controladas da Companhia fizeram opção por participar com suas PCHs do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes financeiros referentes ao exercício de 2021 foram subtraídos no faturamento das PCHs da Brasil PCH, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2022, no montante total de R\$1.180 (R\$2.545 em 2021), composto do montante negativo de R\$ 3.178 referentes aos ajustes do MRE e o montante positivo de R\$ 1.998 referente às rentabilizações e consumo interno, dentre outros). As rubricas impactadas ao longo do exercício de 2022 foram “outros ativos circulantes”, no montante de R\$ 1.551, “receita diferida” no montante de R\$ 2.731.

1.2. Repactuação do risco hidrológico (“RRH”) – Consolidado

A Companhia aderiu à RRH referente a todas as controladas indiretas nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o recolhimento do prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas indiretas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a sua discordância quanto ao procedimento adotado pela Eletrobras. Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobras se pronunciou acerca das notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para um novo pronunciamento. Em 11 de março de 2021, as SPEs apresentaram manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor das notificações de controvérsia, até o momento sem solução.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas indiretas da Companhia possuem uma provisão de R\$56.229 (R\$32.269 em 2021) constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 montou em R\$23.960 (R\$21.654 em 2021).

1.3. Sinistro São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17 de janeiro de 2020.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora nº 1 (“UG01”) voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora nº 2 (“UG02”) em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir dos dias 1º e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora, com vistas à cobertura securitária. Como resultado, em 20 de dezembro de 2021, a seguradora efetuou o pagamento da última parcela da indenização no valor de R\$4.005, sendo R\$787 referente a indenização de lucros cessantes e R\$3.218 referente a indenização de danos materiais. O montante foi reconhecido no resultado na rubrica de “Resultado na baixa de ativos” e com isso o sinistro foi economicamente encerrado.

1.4. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado (“ROV”), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, o colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do Túnel de Adução foram devidamente programadas e iniciadas no mês de maio e finalizadas no dia 13 de julho de 2021. A unidade geradora 01 voltou a produzir no dia 08 de julho de 2021 e a unidade geradora 02 no dia 15 de julho de 2021.

A Santa Fé reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado pela baixa de ativos no montante de R\$940, o qual reflete a baixa contábil do valor residual referente aos ativos que compõe a parcela danificada do seu túnel de adução. Adicionalmente, a Santa Fé dispendeu gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução. Esses valores foram reconhecidos como ativo imobilizado, na rubrica de “Reservatório, barragem, adutora”.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora com vistas à cobertura securitária. A seguradora efetuou o pagamento de R\$ 5.000 em 03 de fevereiro, R\$ 6.500 em 07 de julho e R\$ 6.000 em 05 de dezembro de 2022, totalizando o montante de R\$ 17.500, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Este valor foi reconhecido no resultado na rubrica de “Receita com indenizações recebidas.

De momento, aguarda-se a conclusão do processo de regulação e, conseqüentemente, a definição dos montantes finais envolvidos neste tema.

1.5. Transferência de ativos regulatórios

Conforme Resolução Normativa ANEEL nº 506/2012, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa abaixo, realizou a transferência da Linha de Transmissão para a distribuidora, resultado em baixa do ativo imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica “Resultado na baixa de ativos”:

PCHs	Distribuidora	31/12/21
São Pedro Energia S.A.(LT)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	2.151
		<u>2.151</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board -IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperada que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Brasil PCH são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Contabilização de “hedge” (“hedge accounting”)

A Companhia designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, a Companhia avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas às exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A Companhia descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

(b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas autorizações, limitada a 7 anos.

A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram o risco hidrológico, nos termos da Resolução Normativa 684/2015 onde se enquadram todas as usinas do Grupo. A extensão para as usinas do Grupo foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL / CCEE.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga foi realizado pelas Resoluções Autorizativas da ANEEL pulicada no Diário Oficial da União nos dias 31/01/2022 e 23/02/2022.

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

(d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(e) Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(f) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(g) Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(h) Provisão para contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

(k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as SPEs e a Eletrobras, estabelecem que seja consolidado em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro, conforme previsão contratual, resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

(l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR - PCH Participações S.A. e da controlada direta SFE Energética S.A são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido, com exceção da Santa Fé Energética S.A, cujo regime fiscal adotado a partir de 01 de janeiro de 2022, foi o do lucro real. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(p) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

(q) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia e suas controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental de captação.

(r) Adoção de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações a IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual	As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adota a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado —Recursos Antes do Uso Pretendido	As alterações à IAS 16 (CPC 27) Imobilizado proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações à IAS 37/CPC 25 Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato	As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

Pronunciamento	Descrição
	<u>IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u> - A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1.D16(a). <u>IFRS 9/CPC 48</u> - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. <u>IFRS 16/CPC 06 (R2)</u> – Arrendamentos: A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. <u>IAS 41/CPC 29 – Agricultura</u> - A alteração exclui a exigência da IAS 41 para que as entidades excluam os fluxos de caixa de tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos. Isso alinha a mensuração do valor justo da IAS 41 às exigências da IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para que os fluxos de caixa e taxas de desconto sejam internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28/CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8/CPC 23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia, firmado no âmbito do PROINFA pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 11.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 9 e nº 10. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debentures em duas séries, sendo a primeira remunerada a CDI + 2,39% e a segunda a IPCA + 8,2647%. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo ("swap") com o Banco Itaú Unibanco S.A., alterando a sua exposição em CDI+2,39% para IPCA + 8,2647%.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 28.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 29.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

A Companhia emitiu debêntures que contêm cláusula restritiva (“covenants”) vinculada a Índice de Cobertura do serviço da Dívida – ICSD superior ou equivalente a 1,20, sempre que for elaborada demonstrações financeiras consolidadas para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral). O não cumprimento dessa cláusula restritiva pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 17.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente em relação a este requerimento.

Tabela do risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 8 anos
Fornecedores	-	2.548	2.548	2.548	-	-
Debêntures (*)	17	704.182	911.730	51.097	187.030	673.603
Instrumento financeiro derivativo	17	81.701	88.531	(303)	8.615	80.219
Total		<u>788.431</u>	<u>1.002.809</u>	<u>53.342</u>	<u>195.645</u>	<u>753.822</u>

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 8 anos
Fornecedores	-	2.996	2.996	2.996	-	-
Debêntures (*)	17	704.182	911.730	51.097	187.030	673.603
Instrumento financeiro derivativo	17	81.701	88.531	(303)	8.615	80.219
Total		<u>788.879</u>	<u>1.003.257</u>	<u>53.790</u>	<u>195.645</u>	<u>753.822</u>

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os seus custos de transação. Para maiores informações ver nota explicativa nº 17.

- Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram sobremaneira suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCHs	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data da Autorização	Início operação comercial	Término autorização (*)
Bonfante	Rio Paraibuna, Simão Pereira, MG	19	13,48	28/08/2001	02/08/2008	02/08/2038
Calheiros	Rio Itabapoana, Bom Jesus, RJ	19,5	10,92	14/01/2000	12/09/2008	12/09/2038
Caparaó	Rio Preto, Dolores do Rio Preto, ES	4,5	2,61	30/12/1999	30/12/2008	30/12/2038
Carangola	Rio Carangola, Carangola, MG	15	9,57	23/12/1999	25/06/2008	25/06/2038
Funil	Rio Guanhães, Dolores de Guanhães, MG	22,5	14,54	23/12/1999	05/03/2008	05/03/2038
Irara	Rio Doce, Jataí, GO	30	18,21	25/09/2002	06/09/2008	06/09/2038
Jataí	Rio Claro, Jataí, GO	30	20,35	19/12/2002	30/07/2008	30/07/2038
Monte Serrat	Rio Paraibuna, Comendador Levy Gasparian, RJ	25	18,28	28/08/2001	13/02/2009	13/02/2039
Retiro Velho	Rio da Prata, Aporé, GO	18	13,15	13/11/2002	16/06/2009	16/06/2039
Santa Fé	Rio Paraibuna, Três Rios, RJ	30	26,1	06/11/2002	09/05/2008	09/05/2038
São Joaquim	Rio Benevente, Alfredo Chaves, ES	21	13,28	19/10/2000	17/04/2008	17/04/2038
São Pedro	Rio Jucu Braço Norte, Domingos Martins, ES	30	18,41	19/11/2003	16/06/2009	16/06/2039
São Simão	Rio Itapemirim, Alegre, ES	27	15,2	23/03/2001	17/02/2009	17/02/2039

(*) As PCHs obtiveram aprovação da ANEEL, através das resoluções autorizativas nº 11.023 e nº 11.131 datadas de 31 de janeiro de 2022 e 23 de fevereiro de 2022, para que o prazo de outorga fosse considerado a partir da data de início de operação das PCHs.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

2022:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	Eletrobras	281.272	115.893	121,35	463,23	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	Eletrobras	202.548	83.456	121,35	463,23	mai.-08	abr.-28	IGP-M	Junho
Calheiros	Eletrobras	228.228	94.037	121,35	463,23	set.-08	set.-28	IGP-M	Junho
Caparaó	Eletrobras	54.054	22.272	121,35	463,23	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Funil	Eletrobras	302.441	124.615	121,35	463,23	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
Irara	Eletrobras	379.529	156.378	121,35	463,23	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Jataí	Eletrobras	423.293	174.410	121,35	463,23	jun.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	Eletrobras	379.134	156.215	121,35	463,23	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	Eletrobras	275.484	113.508	121,35	463,23	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	Eletrobras	546.810	225.303	121,35	463,23	jul.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	Eletrobras	280.619	115.624	121,35	463,23	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
São Pedro	Eletrobras	387.888	159.822	121,35	463,23	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
São Simão	Eletrobras	319.677	131.717	121,35	463,23	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho

(*) Base junho de 2022.

2021:

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais - R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETROBRAS	281.272	115.893	121,35	418,37	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ELETROBRAS	202.548	83.456	121,35	418,37	mai.-08	abr.-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ELETROBRAS	228.228	94.037	121,35	418,37	set.-08	set.-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ELETROBRAS	54.054	22.272	121,35	418,37	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Funil	ELETROBRAS	302.441	124.615	121,35	418,37	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
Irara	ELETROBRAS	379.529	156.378	121,35	418,37	jul.-08	jul.-28	IGP-M	Junho
Jataí	ELETROBRAS	423.293	174.410	121,35	418,37	jun.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	379.134	156.215	121,35	418,37	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	275.484	113.508	121,35	418,37	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ELETROBRAS	546.810	225.303	121,35	418,37	jul.-08	jun.-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ELETROBRAS	280.619	115.624	121,35	418,37	mai.-08	mai.-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ELETROBRAS	387.888	159.822	121,35	418,37	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho
São Simão	ELETROBRAS	319.677	131.717	121,35	418,37	jun.-09	jun.-29	IGP-M	Junho

(*) Base junho de 2021.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE") conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, e conforme descrito na nota explicativa nº 3 (c) serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022, não havia, na Controladora e em sua controlada direta, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE e/ou pela Eletrobras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

- (vii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR – PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Bancos	-	-	11	9
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	91.103	67.932	119.868	67.932
	<u>91.103</u>	<u>67.932</u>	<u>119.879</u>	<u>67.941</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB –junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% a 101,5% (em 2021, 99%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Fundos de investimento em renda fixa (a)	11.014	10.721	12.519	33.007
	<u>11.104</u>	<u>10.721</u>	<u>12.519</u>	<u>33.007</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 79% a 105,66% a (em 2021, 87,49% a 103,69%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e por isso não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas suas controladas indiretas, no âmbito do PROINFA, no montante de R\$161.675 em dezembro de 2022 (R\$103.352 em 2021), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte, conforme cronograma contratual de pagamento que prevê 03 (três) parcelas iguais e consecutivas sempre nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e, a última, no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020 a Eletrobras passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, os montantes devidos pelas controladas indiretas a título de recolhimento do prêmio de repactuação do risco hidrológico, inicialmente previsto dentre os ajustes financeiros estabelecidos no contrato PROINFA. Assim em 31 de dezembro de 2022, registrou-se sob a rubrica de contas a receber o valor R\$54.193 (R\$30.420 em 2021), até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobras (vide nota explicativa 1.2).

As controladas indiretas não constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à Eletrobras como administradora do programa.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Tributários (a)	2.937	2.263	8.503	3.145
Desapropriações e servidões (b)	-	-	11.911	11.319
Trabalhistas (c)	39	39	208	228
	<u>2.976</u>	<u>2.302</u>	<u>20.622</u>	<u>14.692</u>

(a) Refere-se a processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15, bem como à apuração de IR/CSLL sobre indenização de bens do sinistrados da PCH São Joaquim Energia S.A. e PCH Santa Fé Energética S.A..

(b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a propriedade definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão administrativa. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

(c) Algumas controladas da Companhia são responsáveis ou corresponsáveis (solidária ou subsidiariamente) em processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas reclamadas da Brasil PCH e/ou das SPEs e de empresas terceiras, conforme o caso.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
No início do exercício	953.186	871.484
Dividendos adicionais aprovados referentes ao exercício anterior	(365.096)	(254.056)
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários do exercício corrente	(163.272)	(111.919)
Equivalência patrimonial	<u>543.099</u>	<u>447.677</u>
No fim do exercício	<u>967.917</u>	<u>953.186</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR – PCH Participações S.A. em 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Ativos circulantes	46.914	70.390
Ativos não circulantes	1.003.315	994.858
Investimentos	1.003.106	994.648
Outros	209	210
Passivos circulantes	82.165	111.923
Passivos não circulantes	147	139
Patrimônio líquido	<u>967.917</u>	<u>953.186</u>
Quantidade de ações	<u>377.645.430</u>	<u>377.645.430</u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Lucro antes do resultado financeiro	543.119	447.677
Lucro antes do imposto de renda	543.110	447.677
Lucro líquido	543.099	447.677

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	31/12/22				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	11.689	69.605	9.440	1.954	69.900
Calheiros	10.018	56.244	5.891	768	59.603
Caparaó	3.617	18.621	1.805	330	20.103
Carangola	8.734	41.986	6.980	996	42.744
Funil	12.375	60.413	7.578	2.110	63.100
Irara	15.603	91.570	9.345	6.121	91.707
Jatai	17.387	88.195	11.653	1.297	92.632
Monte Serrat	18.800	99.414	10.509	2.854	104.851
Retiro Velho	13.276	88.417	8.969	3.804	88.920
Santa Fé	38.293	146.293	56.818	15.303	112.465
São Joaquim	12.191	63.576	11.131	1.721	62.915
São Pedro	23.980	96.774	10.541	919	109.294
São Simão	13.895	81.026	8.003	2.048	84.870
Total	<u>199.858</u>	<u>1.002.134</u>	<u>158.663</u>	<u>40.225</u>	<u>1.003.104</u>

	31/12/21				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	9.162	71.714	10.876	2.245	67.754
Calheiros	7.724	58.095	7.625	763	57.431
Caparaó	1.917	19.277	1.704	405	19.085
Carangola	6.870	43.370	7.796	922	41.523
Funil	9.694	61.972	8.219	1.832	61.615
Irara	12.277	94.378	10.182	6.233	90.240
Jatai	13.643	91.603	13.774	2.282	89.190
Monte Serrat	12.368	101.712	6.639	3.156	104.285
Retiro Velho	8.997	89.443	8.998	2.218	87.224
Santa Fé	17.701	144.492	22.667	13.784	125.742
São Joaquim	9.190	64.382	9.621	1.706	62.245
São Pedro	15.308	98.826	6.667	963	106.503
São Simão	10.567	80.842	9.514	85	81.810
Total	<u>135.418</u>	<u>1.020.106</u>	<u>124.282</u>	<u>36.594</u>	<u>994.647</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	31/12/22				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	49.663	39.621	38.029	38.089	36.469
Calheiros	40.793	32.070	31.076	31.161	29.820
Caparaó	9.617	7.088	6.878	6.980	6.653
Carangola	36.106	29.798	27.791	27.837	26.668
Funil	52.970	44.737	43.754	43.889	42.142
Irara	66.909	56.231	55.660	55.833	53.628
Jataí	74.614	62.437	60.824	60.904	58.459
Monte Serrat	67.353	56.135	55.494	55.802	53.522
Retiro Velho	48.341	38.993	38.649	38.797	37.190
Santa fé	91.589	77.974	88.375	88.541	58.874
São Joaquim	50.160	42.835	41.818	41.886	40.251
São Pedro	69.115	59.481	57.534	58.065	55.660
São Simão	57.142	46.616	45.665	45.758	43.873
Total	<u>714.372</u>	<u>594.015</u>	<u>591.546</u>	<u>593.541</u>	<u>543.209</u>

	31/12/21				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	40.867	30.373	29.111	29.112	27.816
Calheiros	33.833	26.272	25.598	25.606	24.540
Caparaó	7.976	5.458	5.308	5.295	5.059
Carangola	30.019	23.298	21.782	21.774	20.829
Funil	43.553	36.017	35.380	35.394	34.014
Irara	55.208	45.433	44.942	45.000	43.204
Jataí	61.594	50.945	49.654	49.616	47.654
Monte Serrat	55.774	46.214	45.843	45.846	44.059
Retiro Velho	40.064	31.333	31.000	30.985	29.716
Santa fé	80.155	66.625	60.964	61.100	58.461
São Joaquim	41.368	34.290	37.271	37.324	34.633
São Pedro	57.031	47.593	43.660	43.631	41.814
São Simão	47.209	38.314	37.425	37.437	35.939
Total	<u>594.651</u>	<u>482.165</u>	<u>467.938</u>	<u>468.120</u>	<u>447.738</u>

(c) Dividendos a receber

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.348
Dividendos aprovados	365.975
Dividendos recebidos	<u>(434.404)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	111.919
Dividendos aprovados	528.368
Dividendos recebidos	<u>(558.124)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>82.163</u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
<u>Ativo circulante – outros ativos circulantes</u>		
Bonfante	191	-
Calheiros	188	-
Caparaó	103	-
Carangola	112	-
Funil	151	-
Irara	201	-
Jataí	214	-
Monte Serrat	249	-
Retiro Velho	212	-
Santa Fé	267	-
São Joaquim	175	-
São Pedro	241	-
São Simão	<u>220</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.525</u>	<u>-</u>
<u>Ativo circulante - dividendos a receber</u>		
PCHPAR – PCH Participações S.A.	<u>82.163</u>	<u>111.919</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se ao rateio do prêmio do seguro de risco operacional.

Remuneração da Administração

No ano de 2022 a remuneração da Administração foi de R\$210 pela Companhia (R\$1.240 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 1.737 através do Grupo Brasil PCH (R\$2.024 em 31 de dezembro de 2021 através do Grupo Brasil PCH). Ressalta-se que não há outros benefícios de curto prazo, pós emprego ou benefícios de longo prazo.

15. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Terrenos	-	-	-	43.886	43.687
Direitos sobre arrendamento	37,8%	1.930	173	1.930	173
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	117.581	121.536
Conduto forçado	3,13%	-	-	28.404	29.229
Gerador	3,33%	-	-	65.019	68.390
Comporta	3,33%	-	-	21.072	21.751
Subestação unitária	3,57%	-	-	36.958	39.635
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	15.203	16.218
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	322.724	329.384
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	262.176	264.638
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	333	424	56.548	57.123
Imobilizado em Curso	-	-	-	1.686	895
		<u>2.263</u>	<u>597</u>	<u>973.187</u>	<u>992.659</u>

(b) Movimentação do imobilizado – consolidado

2022

	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/22
Custo:					
Terrenos	43.685	201	-	-	43.886
Direitos sobre arrendamento	174	2.333	-	-	1930
Turbina hidráulica	175.143	87	-	338	175.568
Conduto forçado	48.650	709	-	-	49.359
Gerador	116.244	470	-	32	116.746
Comporta	36.734	545	-	-	37.279
Subestação unitária	75.134	-	-	-	75.134
Estrutura de tensão	28.525	-	-	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	444.366	2.040	-	202	446.608
Reservatório, barragem, adutora	344.834	4.314	-	-	349.148
Outras máquinas e equipamentos	94.773	3.010	(21)	84	97.846
Imobilizado em curso	894	1.448	-	(656)	1.686
	<u>1.409.155</u>	<u>15.157</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>1.423.715</u>

	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/22
(-) Depreciação:					
Direitos sobre arrendamento	-	(577)			(577)
Turbina hidráulica	(53.607)	(4.380)	-	-	(57.987)
Conduto forçado	(19.421)	(1.534)	-	-	(20.955)
Gerador	(47.854)	(3.873)	-	-	(51.727)
Comporta	(14.983)	(1.224)	-	-	(16.207)
Subestação unitária	(35.500)	(2.676)	-	-	(38.176)
Estrutura de tensão	(12.307)	(1.015)	-	-	(13.322)
Casa de força produção hidráulica	(114.983)	(8.901)	-	-	(123.884)
Reservatório, barragem, adutora	(80.201)	(6.771)	-	-	(86.972)
Outras máquinas e equipamentos	(37.641)	(3.664)	7	-	(41.298)
	(416.497)	(34.615)	7	-	(451.105)
Imobilizado Líquido	992.659	(19.458)	(14)	-	973.187

2021

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/21
Custo:					
Terrenos	42.486	1.239	(40)	-	43.685
Direitos sobre arrendamento	683	-	(510)	-	173
Turbina hidráulica	174.444	694	-	5	175.143
Conduto forçado	48.222	428	-	-	48.650
Gerador	115.199	1.045	-	-	116.244
Comporta	36.722	12	-	-	36.734
Subestação unitária	75.069	65	-	-	75.134
Estrutura de tensão	31.295	-	(2.770)	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	444.032	368	(40)	6	444.366
Reservatório, barragem, adutora	320.912	9.539	(1.803)	16.186	344.834
Adiantamento a fornecedores	1.235	-	(6)	(1.229)	-
Outras máquinas e equipamentos	90.113	2.818	(676)	2.518	94.773
Imobilizado em curso	2.615	15.760	-	(17.481)	894
	1.383.027	31.968	(5.845)	5	1.409.155

(-) Depreciação:					
Turbina hidráulica	(49.241)	(4.366)	-	-	(53.607)
Conduto forçado	(17.910)	(1.511)	-	-	(19.421)
Gerador	(44.006)	(3.848)	-	-	(47.854)
Comporta	(13.765)	(1.218)	-	-	(14.983)
Subestação unitária	(32.820)	(2.680)	-	-	(35.500)
Estrutura de tensão	(12.391)	(1.065)	1.149	-	(12.307)
Casa de força produção hidráulica	(106.109)	(8.884)	10	-	(114.983)
Reservatório, barragem, adutora	(74.035)	(6.461)	295	-	(80.201)
Outras máquinas e equipamentos	(34.455)	(3.481)	295	-	(37.641)
	(384.731)	(33.514)	1.749	-	(416.496)
Imobilizado Líquido	998.296	(1.546)	(4.096)	5	992.659

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

(c) Valor recuperável de ativos

Anualmente, as PCHs revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

16. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Servidões	-	-	-	2.911	2.911
Software	20%	176	228	1.719	1.847
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	5.742	7.270
Indenização de terras	-	-	-	1.785	1.753
Legalização de terras	-	-	-	1.498	1.524
		<u>176</u>	<u>228</u>	<u>13.655</u>	<u>15.305</u>

(b) Movimentação do intangível – consolidado

2022

	31/12/21	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/22
Custo:					
Servidões	2.911	-	-	-	2.911
Software	3.616	399	-	-	4.015
Medidas compensatórias	24.241	2.661	-	-	26.902
Indenização de terras	1.753	32	-	-	1.785
Legalização de terras	1.524	-	(26)	-	1.498
	<u>34.045</u>	<u>3.092</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>	<u>37.111</u>
(-) Amortização:					
Software	(1.769)	(527)	-	-	(2.296)
Medidas compensatórias	<u>(16.971)</u>	<u>(4.189)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.160)</u>
	<u>(18.740)</u>	<u>(4.716)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(23.456)</u>
Intangível líquido	<u>15.305</u>	<u>(1.624)</u>	<u>(26)</u>	<u>-</u>	<u>13.655</u>

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

<u>2021</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência (*)</u>	<u>31/12/21</u>
Custo:					
Servidões	3.043	5	(132)	(5)	2.911
Software	2.748	868	-	-	3.616
Medidas compensatórias	24.338	-	(97)	-	24.241
Indenização de terras	1.644	109	-	-	1.753
Legalização de terras	1.523	1	-	-	1.524
	<u>33.296</u>	<u>983</u>	<u>(229)</u>	<u>(5)</u>	<u>34.045</u>
(-) Amortização:					
Software	(1.335)	(434)	-	-	(1.769)
Medidas compensatórias	<u>(14.457)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.971)</u>
	<u>(15.792)</u>	<u>(2.948)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.740)</u>
Intangível líquido	<u>17.504</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(229)</u>	<u>(5)</u>	<u>15.305</u>

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

17. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da controlada Brasil PCH., aprovaram a 1ª (primeira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Brasil PCH S.A., no valor total de R\$ 900.000, distribuídas em 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da primeira série e 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) debêntures da segunda série, com valor unitário de R\$1. Essas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, sempre nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de fevereiro de 2019 e os últimos se darão em 15 de novembro de 2026.

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Debêntures – 1ª Serie	450.000	1	311.946	355.815
Debêntures – 2ª Série	450.000	1	392.236	426.213
(-) Custo com transação com debêntures			<u>(5.130)</u>	<u>(6.470)</u>
			<u>699.052</u>	<u>775.558</u>
Instrumento financeiro derivativo – “SWAP”			<u>81.701</u>	<u>81.085</u>
			<u>780.753</u>	<u>856.643</u>
Ativo circulante			320	1.321
Passivo circulante			178.611	169.298
Passivo não circulante			602.462	688.666

b) Movimentação das Debêntures e Instrumento financeiro derivativo

	31/12/22	31/12/21
Saldo inicial	856.643	904.060
Encargos provisionados	97.200	101.336
Custo de transação	1.338	1.338
Pagamento principal	(101.270)	(76.938)
Pagamento de juros e atualização monetária	(79.498)	(55.561)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	(11.269)	(4.938)
Pagamento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	-	(11.969)
Recebimento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	12.223	-
Ganho com instrumento financeiro derivativo, líquido	14.663	52.295
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(9.277)	(52.980)
	<u>780.753</u>	<u>856.643</u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

1. Garantias

Os debenturistas da Brasil PCH estão garantidos pela (i) alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas (i.a) de emissão das SPEs detidas pela PCHPAR e (i.b) de emissão da PCHPAR detidas pela Emissora, bem como (ii) cessão fiduciária (ii.a) pelas SPEs, de direitos emergentes das Autorizações concedidas pela ANEEL, (ii.b) de todos os direitos creditórios que venham a ser devidos às SPEs no âmbito de Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA, (ii.c) de direitos creditórios oriundos de determinados seguros contratados pelas SPEs, (ii.d) de todos os direitos creditórios oriundos das Ações Alienadas e (ii.e) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, detidos pela Emissora, pela PCHPAR e pelas SPEs sobre determinadas contas vinculadas, e (iii) Fiança das SPEs; em todos os casos conforme os termos e condições previstos na escritura de emissão, conforme aditada de tempos em tempos.

2. Restrições

A Companhia não pode tomar novas dívidas, salvo aquelas contraídas exclusivamente no curso normal dos negócios, até o limite agregado de R\$30.000, e não poderá realizar reduções de capital.

Os recebíveis dos Contratos de Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás, cedidos fiduciariamente, serão depositados diretamente no Banco Depositário (BNP PARIBAS) contratado pelo Agente de Contas (TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos), o qual receberá orientações diretamente do Agente Fiduciário (Oliveira TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) para transferir os recursos financeiros para as contas de livre movimentação da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, a Companhia é requerida a manter, durante todo período de amortização das debêntures, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu apresentando um índice de ICSD 3,06 (em 2021 atingiu 3,38).

c) Instrumento financeiros derivativo - "SWAP" designado como "hedge" de fluxo de caixa

Para a 1ª Série de Debêntures, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú operação de "Swap" trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%) e igualando-a à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como "Hedge" de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2022, a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo resultou em ganho de R\$1.410 (ganho de R\$10.687 em 31 de dezembro 2021), conforme demonstrado a seguir.

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado "Swap" - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2020	424.100	389.091	(35.009)	(63.667)
16/11/2026	450.000	31/12/2021	426.213	355.815	(70.398)	(10.687)
16/11/2026	450.000	31/12/2022	406.856	325.155	(80,291)	(1.410)

A captação de recursos via emissão de debêntures realizada no ano de 2018 pela Companhia ocorreu obedecendo as melhores práticas de gestão de riscos, posto que ao trocar a variação do CDI+2,39% pelo IPCA+8,2647, a Companhia aproximou seus passivos financeiros de maior expressão ao indexador de preços que remunera os recebíveis que é o IGP-M.

18. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/21	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/22
Compromissos socioambientais (a)	14.678	4.314	-	(767)	151	18.376
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	10.758	2.661	-	(2.925)	296	10.790
Provisão p/ legalização de terras (c)	1.525	-	(26)	-	-	1.499
Provisão p/ indenizações de terras (d)	13.518	172	-	-	-	13.690
Total	<u>40.479</u>	<u>7.147</u>	<u>(26)</u>	<u>(3.692)</u>	<u>447</u>	<u>44.355</u>
Passivo circulante	5.905					6.245
Passivo não circulante	34.574					38.110

	31/12/20	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/21
Compromissos						
socioambientais (a)	15.682	-	(568)	(605)	169	14.678
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	13.460	-	(97)	(2.847)	242	10.758
Provisão p/ legalização de terras (c)	1.524	1	-	-	-	1.525
Provisão p/ indenizações de terras (d)	12.948	570	-	-	-	13.518
Total	43.614	571	(665)	(3.452)	411	40.479
Passivo circulante	4.188					5.905
Passivo não circulante	39.426					34.574

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê, dentre outras atividades, o zoneamento e recuperação ambiental de determinadas áreas de propriedade das SPEs ou de terceiros. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, o Grupo precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas, ações essas também registradas sob esta rubrica.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Em prol do meio ambiente e em cumprimento das determinações constantes das licenças ambientais, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna e flora, de proteção e manutenção de áreas de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pelo Grupo estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão fundiária: o Grupo possui imóveis próprios e servidões administrativas pendentes de regularização dos registros imobiliários perante os competentes cartórios, sendo, portanto, provisionados os recursos necessários.
- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

19. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	33.772	3.773
Tarifa de Uso dos Sistemas				
Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	932	790
PIS e COFINS sobre receita financeira	2.971	2.289	2.971	2.289
Impostos diferidos (a)	-	-	727	583
Outros tributos a recolher	23	18	4.455	1.081
Total	<u>2.994</u>	<u>2.307</u>	<u>42.857</u>	<u>8.516</u>

a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

20. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

	31/12/22	31/12/21
Exposição ao MRE (a)	<u>1.773</u>	<u>4.367</u>
Total	<u>1.773</u>	<u>4.367</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	31/12/21	Constituição e atualização	Reversão (i)	Realização	31/12/22
Exposição ao MRE (a)	<u>4.367</u>	<u>2.908</u>	<u>(2.771)</u>	<u>(2.731)</u>	<u>1.773</u>
	<u>4.367</u>	<u>2.908</u>	<u>(2.771)</u>	<u>(2.731)</u>	<u>1.773</u>

	31/12/20	Constituição e atualização	Realização	31/12/21
Exposição ao MRE (a)	<u>3.571</u>	<u>4.935</u>	<u>(4.139)</u>	<u>4.367</u>
	<u>3.571</u>	<u>4.935</u>	<u>(4.139)</u>	<u>4.367</u>

(a) Exposição ao MRE – 2021/2022 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

- (i) Em 06 de outubro de 2021, o Supremo Tribunal de Justiça (“STJ”), em decisão referente à processo instaurado pela ANEEL, determinou a exclusão da UHE Risoleta Neves do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em função da decisão do STJ, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE recalculou e em fevereiro de 2022 comunicou, através das instruções de faturamento, os participantes do MRE a restituição de montantes apurados anteriormente e que foram diretamente impactados pela exclusão da UHE Risoleta Neves do MRE. O impacto total para o Grupo foi a restituição no montante de R\$2.771.

21. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$2.970 (R\$2.581 em 2021). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/21</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Realização</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/22</u>
Trabalhista	164	67	(139)	-	-	92
Regulatório	1.393	94	-	-	55	1.542
Tributário	916	490	(133)	(105)	20	1.188
Cíveis	108	35	-	-	5	148
Total	<u>2.581</u>	<u>686</u>	<u>(272)</u>	<u>(105)</u>	<u>80</u>	<u>2.970</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2021</u>
Trabalhista	168	57	(61)	164
Regulatório	1.406	58	(71)	1.393
Tributário	771	145	-	916
Cíveis	106	41	(39)	108
Total	<u>2.451</u>	<u>301</u>	<u>(171)</u>	<u>2.581</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
Trabalhistas (a)	1.387	694
Cíveis (b)	2.971	2.741
Ambientais (c)	1.408	1.019
Tributário (d)	751	1.224
	<u>6.517</u>	<u>5.678</u>

- (a) As ações trabalhistas, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho sofrido por empregado de terceiro.
- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações e reparação de danos a pescadores em razão das obras de instalação do empreendimento. As demais ações cíveis do Grupo estão relacionadas a ações de indenização e ações possessórias.

- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, indenização por prejuízo com "Lavra de Areia", atividade exercida no reservatório das SPEs. Adicionalmente, a SPE Carangola é ré em ação popular assumida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, após desistência da autora, na qual se discute supostos danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento, não sendo possível, tendo em vista o estágio processual, a atribuição de valor indenizável dada a ausência de caracterização dos danos ventilados pelo autor.
- (d) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, bem como a ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido pela Companhia sobre Tarifa Uso Sistema - TUSD.

22. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014, a Companhia e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. No decorrer de sua vigência o contrato passou a ser oneroso, uma vez que os preços de compra da energia contratada passaram a ser maiores do que os preços de venda que a Companhia teria expectativa de obter no mercado. Em 2020, como forma de fixar as suas perdas nesta operação, a Companhia optou por negociar a venda da totalidade da energia contratada (15 MWs médios), com terceiros, e em valor unitário inferior àquele pelo qual a energia foi adquirida. Em 05 de janeiro de 2022, foi quitada a última parcela referente ao contrato oneroso no montante de R\$ 1.998.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em decorrência de alteração em seu controle acionário ocorrida em 1º de dezembro de 2021 (conforme informado na nota explicativa nº 1), a Companhia passou a ter Eletroriver e BSB como únicas acionistas, detentoras, respectivamente, de 70% e 30% das ações de emissão da Companhia, conforme quadro abaixo:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Eletroriver S.A.	65.931.482	70,00
BSB Energética S.A.	28.256.349	30,00
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias.

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve constituição de reserva legal pelo fato do referido limite ter sido atingido em anos anteriores.

Reservas de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	438.518	293.162
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	438.518	293.162
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	(109.630)	(73.291)
Dividendos adicionais distribuídos	<u>(82.034)</u>	<u>(49.184)</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>(246.854)</u>	<u>(170.687)</u>

- (i) Em 16 de agosto de 2022, 23 de agosto de 2021 e 2 de dezembro de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) pagamentos de dividendos intermediários distribuídos para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2022 e 2021 no valor de R\$191.664 e R\$122.475, respectivamente.

Dividendos a pagar

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2020	100.827
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2021	122.475
Dividendos pagos	<u>(223.302)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Dividendos adicionais aprovados do exercício 2021	170.687
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2022	191.664
Dividendos pagos	<u>(362.351)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 17).

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/22	31/12/21
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	742.643	618.655
Ajustes (*):		
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização ("TEO")	1.120	(2.207)
Recontabilização + consumo interno	3.483	730
	<u>4.603</u>	<u>(1.477)</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(32.708)	(22.581)
PIS e COFINS Diferido	(167)	54
	<u>(32.875)</u>	<u>(22.527)</u>
Receita líquida de vendas	<u>714.371</u>	<u>594.651</u>

(*) Sendo a Companhia contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Depreciação e amortização (*)	(722)	(132)	(38.988)	(36.463)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-	-	(23.960)	(21.654)
Pessoal e administradores	(282)	(1.200)	(31.607)	(28.222)
Manutenção	-	-	(15.673)	(16.615)
Serviços de terceiros	-	-	(2.909)	(2.582)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	-	-	(10.428)	(8.736)
Seguros	-	-	(9.015)	(7.301)
Operação	-	-	(2.258)	(2.441)
Meio ambiente	-	-	(463)	(893)
Tributos	(6)	(12)	(1.812)	(294)
Taxas setoriais	-	-	(996)	(963)
Resultado na baixa de ativos	-	-	-	907
Receita com indenização recebida (**)	-	-	17.500	-
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>72</u>	<u>(500)</u>	<u>(3.282)</u>	<u>(3.361)</u>
	<u>(979)</u>	<u>(1.844)</u>	<u>(123.891)</u>	<u>(128.618)</u>
Custo das vendas de energia	-	-	(120.358)	(112.489)
Outras despesas, líquidas	(979)	(1.844)	(3.533)	(16.129)

(*) Estão sendo reduzidos aos valores de amortização e depreciação os créditos tributários de PIS/COFINS R\$ 343 em 31 de dezembro de 2021 decorrentes de aquisição de imobilizado em função da mudança da modalidade de apuração do lucro tributário da companhia.

(**) A receita com indenização recebida está divulgada na Nota Explicativa nº 1.4.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Despesas financeiras:				
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(97.200)	(101.336)	(97.200)	(101.336)
Custos de transação de debêntures	(1.338)	(1.338)	(1.338)	(1.338)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.797)	(52.295)	(15.797)	(52.295)
PIS e COFINS s/ receita financeira	(682)	(140)	(682)	(140)
IOF s/ aplicação financeira	(42)	(37)	(1.094)	(285)
Outras despesas financeiras	(401)	(537)	(975)	(1.029)
Total	<u>(115.460)</u>	<u>(155.683)</u>	<u>(117.086)</u>	<u>(156.423)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	10.348	2.800	13.756	3.428
Atualização de depósito judicial	-	-	200	285
Instrumentos financeiros derivativos	1.134	-	1.134	-
Outras receitas financeiras	374	212	379	220
Total	<u>11.856</u>	<u>3.012</u>	<u>15.469</u>	<u>3.933</u>
Total	<u><u>(103.604)</u></u>	<u><u>(152.671)</u></u>	<u><u>(101.617)</u></u>	<u><u>(152.490)</u></u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	438.518	293.162	488.863	313.543
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(149.096)</u>	<u>(99.675)</u>	<u>(166.213)</u>	<u>(106.605)</u>
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	151.013	138.759
Efeitos de equivalência patrimonial	184.654	152.210	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	-	437	-
Crédito tributário não constituído (*)	<u>(35.558)</u>	<u>(52.535)</u>	<u>(35.582)</u>	<u>(52.535)</u>
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(50.345)</u></u>	<u><u>(20.381)</u></u>
Correntes	-	-	(50.204)	(20.427)
Diferidos	-	-	(141)	46
Impostos controladas			(50.345)	(20.381)

- (*) A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$1.240.797 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.150.408 em 31 de dezembro de 2021) e, também possui outras diferenças temporárias, principalmente em função do contrato de instrumento financeiro derivativo – swap. Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

28. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
<u>Ativos financeiros</u>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	9	91.103	67.932	119.879	67.941
Aplicações financeiras	10	11.014	10.721	12.519	33.007
Contas a receber de clientes	11	-	-	161.675	103.352
Depósitos judiciais	12	2.976	2.302	20.622	14.692
Partes relacionadas	14	2.525	-	-	-
Outros ativos	-	21	22	204	173
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	17	320	1.321	320	1.321
<u>Passivos financeiros</u>					
Mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	-	2.548	21	2.996	852
Debêntures	17	699.052	775.558	699.052	775.558
Mensurados pelo valor justo:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	17	82.021	82.406	82.021	82.406

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros. Eles são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado. A Companhia entende que saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros listados no quadro acima se aproximam dos seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos saldos de debentures, cujos valores justos na referida data-base foram estimados com base no nível 2 da hierarquia, conforme segue:

	31/12/22	31/12/21
Debêntures 1ª Série - CDI +2,39%	325.155	375.356
Debêntures 2ª Série – IPCA+8,2647%	406.856	456.441

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures na Controladora (CDI e IPCA).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (13,75 %) e IPCA (5,92%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 (fonte Boletim Focus, datado de 30 de dezembro de 2022). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

Operação	Exposição 31/12/22	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	119.868	Baixa do CDI	16.482	12.362	8.241
Aplicação financeira	12.519	Baixa do CDI	1.721	1.291	861
Debêntures - Itaú + "swap"	392.236	Aumento do IPCA+8,2647	(55.637)	(69.546)	(83.456)
Debêntures - Santander	392.236	Aumento do IPCA+8,2647	(55.637)	(69.546)	(83.456)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

29. COBERTURA DE SEGURO

Seguro "Directors&Officers" (D&O)

A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2023, mantendo a cobertura no montante de R\$50.000.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 SPEs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com cobertura no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2023 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

As SPEs do Grupo possuem cobertura de seguro com vigência até 27 de junho de 2023 para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.939.472, sendo deste valor incluso: (i) linha transmissão R\$153.807 e (ii) Barragens R\$962.387, e lucros cessantes no montante de R\$743.439.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	(510)	-	(510)
Adição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	2.333	-	2.333	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	(26)	(665)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	7.147	571
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	40
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores e impostos	-	-	287	219
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRRF e CSRF	-	-	12.567	13.190
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	(108)	(766)
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	9.277	52.980	9.277	52.980

31. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 8 de fevereiro de 2023

Composição do Conselho de Administração

Paulo Celso Guerra Lage - Presidente	Márcio Barata Diniz - Conselheiro
José Guilherme Antloga do Nascimento- Conselheiro	Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor Presidente	Walter Nunes Seijo Neto - Diretor
--	-----------------------------------

Contador
Braulio Rios Sá
CRC MG – 117.577/O-2